

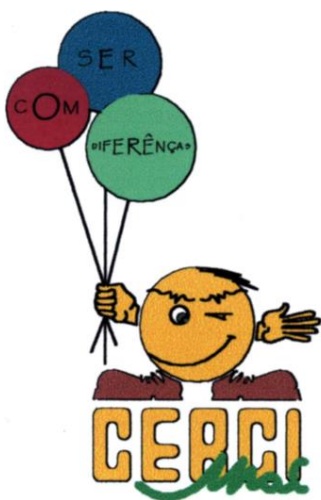
RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

Elaborado por:



TELMO PEREIRA
CONSULTORIA LDA



Relatório de Gestão



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos da CERCIMAC, apresentamos o relatório de gestão referente ao exercício de 2020.

1. Introdução.

O Relatório de Gestão destina-se a descrever com referência e apresentação de contas o estado e evolução desta cooperativa, sendo um importante instrumento de gestão e controlo de instituição.

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023 (Quadro I.1.1). A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano. No restante horizonte de projeção, o principal contributo para o crescimento da atividade permanece associado à procura interna, mas este será progressivamente menor. Projeta-se uma trajetória de desaceleração para o consumo privado – em linha com a do rendimento disponível – e para a FBCF que, no entanto, deverá manter um crescimento relativamente forte. A expansão da atividade deverá continuar também sustentada no aumento das exportações mas o seu contributo para o crescimento do PIB no horizonte de projeção será inferior ao observado em média nos anos recentes, num quadro de menor dinamismo do comércio mundial (Gráfico I.1.1).

Quadro I.1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2020-23 | Taxa de variação anual em percentagem
(excepto onde indicado)

	Pesos 2019	BE dezembro 2020					BE outubro 2020	BE junho 2020		
		2019	2020 ^(p)	2021 ^(p)	2022 ^(p)	2023 ^(p)	2020 ^(p)	2020 ^(p)	2021 ^(p)	2022 ^(p)
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) ^(a)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos) ^(b)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas) ^(b)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego ^(c)		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa “Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa” do *Boletim Económico* de março de 2019. (b) Conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas.

A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais (Caixa 1). A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na



atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do Next Generation EU (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

Caixa 1 • Evolução da atividade económica no terceiro e quarto trimestres

A pandemia COVID-19 causou uma contração sem precedente da atividade na primeira metade de 2020 (queda acumulada de 17,3% face ao final de 2019). O levantamento gradual das medidas de contenção a partir de maio e o forte suporte das políticas públicas contribuiram para uma recuperação rápida no terceiro trimestre (variação em cadeia de 13,3%). O agravamento da situação sanitária em Portugal no quarto trimestre exigiu a implementação de medidas adicionais de controlo da pandemia, interrompendo a dinâmica de recuperação económica.

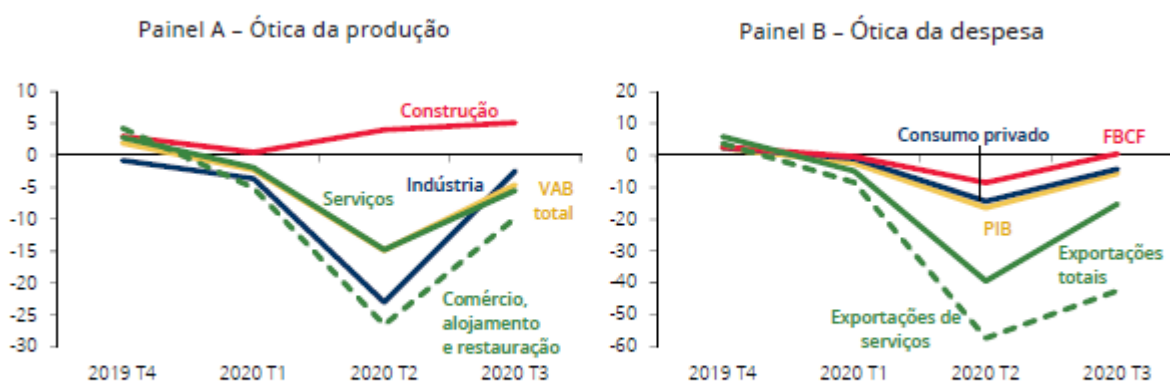
As medidas de contenção introduzidas no quarto trimestre são seletivas, evitando assim um confinamento generalizado como o decretado entre março e abril. As medidas são mais severas nos concelhos mais afetados pela pandemia, incluindo a imposição de teletrabalho obrigatório e o recolher obrigatório entre as 23 horas e as 5 horas (com restrições de circulação mais apertadas aos fins de semana e feriados). A manutenção em funcionamento das escolas e creches é uma das maiores diferenças face ao período de estado de emergência anterior, mitigando o impacto na economia.

O choque pandémico implicou uma queda mais acentuada nos subsectores dos serviços que envolvem contactos pessoais. A heterogeneidade manteve-se na recuperação, acentuando algumas das diferenças (Gráfico C1.1 – Painel A). No terceiro trimestre, o VAB da indústria aproximou-se dos níveis pré-crise (variação homóloga de -2,4%, após -23% no segundo trimestre) e a construção manteve uma tendência de crescimento, com um aumento de 5,1%, após 4% no trimestre anterior. Em contraste, a recuperação dos subsectores dos serviços mais

condicionados pela necessidade de distanciamento social (comércio, alojamento e restauração) foi mais lenta, situando-se 9,8% abaixo do nível homólogo, após -26,5% no segundo trimestre.

A pandemia também afetou de forma diferenciada as componentes da despesa no terceiro trimestre (Gráfico C1.1 – Painel B). O consumo privado reduziu-se 4,3% em termos homólogos após, -14,4% no segundo trimestre. Esta recuperação reflete a realização de compras adiadas, em particular de bens duradouros, e a retoma mais gradual do consumo de serviços e bens não duradouros não alimentares. A FBCF registou no terceiro trimestre um crescimento ligeiro de 0,5%, após uma queda de 8,5% no trimestre anterior, beneficiando do crescimento robusto do investimento em construção e da recuperação do investimento em máquinas e material de transporte. As exportações diminuíram 15,2% (-39,4% no segundo trimestre), mas o perfil de recuperação foi distinto entre bens e serviços. As exportações de bens aumentaram 1,5% em termos homólogos (-28,9% no segundo trimestre), refletindo em particular a componente de bens de equipamento. Em contraste, as exportações de serviços apresentaram uma recuperação limitada, reduzindo-se 42,4%, após -57,3% no trimestre anterior.

Gráfico C1.1 • Evolução da atividade económica no período recente | Taxa de variação homóloga



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: A série das exportações de serviços apresentada no gráfico da direita difere da publicada pelo INE por considerar a totalidade das exportações de turismo (bens e serviços). Data de fecho dos dados a 30 de novembro de 2020.

Quadro C3.1 • Procura externa dirigida à economia portuguesa e PIB em Portugal – cenário base e cenários alternativos | Taxa de variação anual em percentagem

	2020	2021	2022	2023
Procura externa				
Cenário base	-12,6	7,1	5,6	3,7
Cenário moderado	-12,2	11,5	5,4	4,0
Cenário severo	-13,3	1,1	4,5	5,6
PIB em Portugal				
Cenário base	-8,1	3,9	4,5	2,4
Cenário moderado	-8,0	5,9	4,8	2,0
Cenário severo	-8,2	1,3	3,1	2,4

Fonte: Eurosistema e Banco de Portugal.

Considerações finais

O choque pandémico teve efeitos no cabaz consumido pelas famílias portuguesas. De acordo com dados de compras com cartões, o consumo de bens alimentares aumentou durante o período mais crítico da pandemia (26,1%, em média, no período de março a maio). Os bens duradouros – que pela sua natureza permitem que a sua aquisição possa ser mais facilmente adiada – registaram uma redução acentuada mas também uma recuperação marcada (variações de -35,4% em abril e 17,1% em setembro). Nos setores de serviços, que requerem interação social e para os quais é difícil a substituição intertemporal do consumo, a despesa caiu fortemente e a recuperação tem sido lenta (quedas de 59% em abril e 8,6% em setembro).

Em termos regionais, o impacto do choque foi superior na Área Metropolitana de Lisboa, onde se registou uma maior queda inicial e uma menor recuperação subsequente (reduções de 41,7% e 5,2% em abril e setembro, respetivamente, que comparam com variações de -33,4% e 1,9% nos mesmos meses para o total nacional). Recorde-se que as medidas de contenção se mantiveram mais restritivas por um período mais longo nesta região e que o peso do setor de serviços é superior ao das restantes regiões. A evidência mostra também que os municípios de maior rendimento apresentaram uma evolução mais desfavorável do que os restantes.

Uma análise económica interessante é a que decorre dos diferentes grupos de consumidores. A redução da despesa foi mais acentuada no grupo de consumo mais alto e a recuperação subsequente mais lenta (variações de -35,9% e -0,4%, respetivamente, em abril e setembro), o que deverá estar associado a receios com a doença e ao teletrabalho mais frequente, conjugados com a estrutura de consumo deste grupo. O aumento significativo da poupança agregada no segundo trimestre terá estado associado a este grupo de consumidores, que tradicionalmente concentra a maior parte da poupança das famílias. Tal sugere que as razões associadas à perda de rendimento não serão as mais relevantes para explicar a redução do consumo agregado. No grupo de consumo mais baixo, o menor impacto do choque sobre a despesa com cartões (variações de -21,8% e 8,8%, respetivamente, em abril e setembro) reflete, por um lado, um maior peso dos bens essenciais e, por outro, uma evolução mais favorável da despesa deste grupo, em particular em bens duradouros. Tal aponta para a eficácia das medidas de proteção do rendimento e de apoio às famílias mais vulneráveis no período recente.

Em termos prospetivos, uma recuperação sustentada do consumo privado requer uma solução médica para a doença, que permita restaurar a confiança, mas também a manutenção de medidas de apoio aos grupos mais expostos aos danos económicos do choque. As perspetivas setoriais e regionais para a atividade deverão permanecer diferenciadas até a pandemia estar controlada, o que aconselha uma abordagem direcionada nas políticas de apoio às empresas e às famílias.



2. Evolução da Atividade.

2.1. Atividades desenvolvidas.

A CERCIMAC é uma Cooperativa de Solidariedade Social que, desde a sua fundação em 2004, promove a valorização e inclusão social das pessoas com deficiência, através de medidas específicas de intervenção, em articulação com serviços públicos e privados, numa postura de cooperação, abertura e complementaridade.

Assume como princípios a qualidade da intervenção, o desenvolvimento comunitário, o trabalho em parceria e a inclusão social, em que o sucesso da intervenção é medido pelo alargamento de serviços prestados pela instituição nos últimos anos, bem como pela melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento dos nossos utentes/ clientes.

Neste ano a CERCIMAC centrou a sua capacidade de intervenção nos domínios da Intervenção Precoce, Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente, Empresa de Jardinagem CERCIVERDE e recentemente aprovado em dezembro de 2020, o Projeto Incorpora.

Intervenção Precoce (IP) - O Serviço de Intervenção Precoce, funciona através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade.

Esta resposta é dirigida a crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o desenvolvimento individual, social, e a participação nas atividades adequadas à sua idade, ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, considerando-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

A CERCIMAC, tem como âmbito de atuação, nesta resposta, os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Durante o ano de 2020 prestou apoio a 45 menino(as) dos concelhos acima referenciado e manteve o acordo estabelecido com a Segurança Social para 30 menino(as).

Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) - Constitui uma modalidade de Ação Social, exercida pelo Sistema de Segurança Social, através do qual foi estabelecido um acordo de cooperação entre a CERCIMAC e o Instituto da Segurança Social, IP para 30 pessoas.

O CAO tem como principal objetivo estimular a manutenção e/ou desenvolvimento de competências sensoriais, motoras, cognitivas e psicossociais, através da ocupação e integração em atividades que vão de encontro às suas necessidades e interesses individuais, nomeadamente: Estritamente Ocupacionais, Desenvolvimento Pessoal e Social, Lúdico - Terapêuticas, Socioculturais e Socialmente úteis.



• Atividades Socialmente Úteis (ASU)

Oficina de Artes gráficas - Espaço no qual são realizados materiais promocionais e/ou de embalagem que vão de encontro às necessidades de empresas que pretendam adquirir um produto distinto não só pela personalização da imagem, mas também pelo sentimento positivo que lhe está associado, ou seja, de contribuição para o bem-estar, reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

Atelier de sacos de papel - O Atelier tem a participação frequente dos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais que elaboram de forma manual sacos de diversos tamanhos e modelos para comercialização.

Lar Residencial (LR) - Esta resposta destina-se a acolher pessoas com deficiência que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

O Lar Residencial funciona de segunda a domingo, 24 horas por dia, em edifício construído de raiz, acoplado ao centro de atividades ocupacionais.

Atualmente presta apoio a 24 utentes, sendo comparticipados pelo Instituto da Segurança Social, IP 22 utentes/clientes.

O lar residencial pode ainda dar resposta a situações transitórias permitindo contemplar soluções de acolhimento temporário, visando o apoio à família em situações pontuais e proporcionando, deste modo, uma resposta a situações emergentes.

Empresa de jardinagem CERCIVERDE - A Cercimac em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional desenvolveu (em 2006) uma nova área de intervenção que se traduz num apoio ativo ao emprego através da prestação de Serviços de Jardinagem à comunidade. À semelhança dos anos transatos a empresa de jardinagem, em 2020, contribui para a sustentabilidade desta Cooperativa, devido à comunidade que, durante estes anos, tem procurado os nossos serviços, e ao Município de Macedo de Cavaleiros que, desde 2006, tem protocolado os nossos serviços nomeadamente a manutenção dos espaços verdes da Cidade e das duas Praias da Albufeira do Azibo.

Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) – É uma estrutura de gestão de Apoio à Vida Independente que é responsável pela disponibilização da assistência pessoal às pessoas com deficiência ou incapacidade que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, estas não possam realizar por si próprias, através da seleção e recrutamento da Assistentes Pessoais.

Ao CAVI compete prestar serviços de assistência pessoal à pessoa com diversidade funcional (deficiência ou incapacidade) para a realização de atividades; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos com diversidade funcional, respeitando as necessidades e idiosincrasias específicas de cada pessoa; prevenir situações de dependência e promover a autonomia/vida independente da pessoa com deficiência ou incapacidade, evitando os processos de institucionalização; promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, a participação, segurança e acesso a ofertas de desenvolvimento pessoal e profissional e facilitar a plena inclusão social da pessoa com diversidade funcional.



O CAVI iniciou a sua atividade a 25 de março de 2019 e terá o seu término em setembro de 2022. Presta serviço de assistência pessoal a 16 beneficiários, tendo sido formadas e contratadas assistentes pessoais para o devido efeito. A sua atuação poderá estender-se a todo o distrito de Bragança, prestando atualmente apoio nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Bragança e Vila Flor.

Incorpora – O Incorpora facilita oportunidades de trabalho a pessoas que têm mais dificuldades em encontrar um emprego. Este programa ajuda as empresas a encontrar pessoal qualificado, gerir os seus processos de seleção e reforçar a sua responsabilidade social corporativa. Em suma este Programa estende a sua rede de apoio para dar respostas ao desemprego de pessoas vulneráveis.

Sendo a Cercimac uma Instituição atenta aos problemas das pessoas vulneráveis, e sendo a nossa Missão centrada na Pessoa com deficiência entendemos que seria uma mais valia fazermos a candidatura à Fundação “La Caixa” a qual nos congratulamos com a sua aprovação em dezembro de 2020.

2.2. Rendimentos, Gastos e Resultados.

Análise Económica e Financeira

Durante o ano de 2020 a CERCIMAC desenvolveu os seus objetivos com o apoio financeiro:

- Do Instituto da Segurança Social, IP que mantém os 22 acordos de Cooperação para o Lar Residencial, manteve os 30 acordos de cooperação para o Centro de Atividades Ocupacionais e manteve ainda 30 acordos atípicos para a Resposta Intervenção Precoce;
- Do Instituto de Emprego e Formação Profissional

Análise de Gastos

Os gastos durante o ano de 2020 atingiram a quantia de 956.491,84€, sendo a rubrica de Gastos com o Pessoal aquela que apresentou a mais significativa percentagem dos gastos suportados por esta Instituição atingindo o valor de 801.069,40 €.

De salientar que o aumento significativo na rubrica de gastos com pessoal, em 2020, está justificado com o funcionamento do Projeto CAVI de janeiro a dezembro do ano em causa.

Salientamos que após análise aos Gastos e retirando os Gastos com o Pessoal, mantém-se à semelhança dos anos transatos a eletricidade e o gás como despesa mais significativa ao longo do ano de 2020.

Análise de Rendimentos

Consideram-se nos Rendimentos:

- Prestação de Serviços
- Subsídios à Exploração
- Donativos
- Captação de recursos (atividades realizadas ao longo do ano pela Cercimac)



Relativamente à rubrica Prestação de Serviços totalizou a quantia de 179 046,34 €, estando incluídos:

- Mensalidades pagas pelos frequentadores do Centro de Atividades Ocupacionais e pelas pessoas residentes no Lar Residencial
- Quotas dos Cooperantes
- Prestação de serviços contratualizadas através da CerciVerde
- Promoção para a Captação de Recursos

A maior percentagem da estrutura total dos rendimentos está representada nos subsídios à Exploração, estando também justificado o seu aumento com o Projeto CAVI.

COMPARATIVO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DESCRICÃO	2020		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	179 046,34		171 846,24		7 200,10	4,2%
Subsídios à Exploração	869 224,62		678 646,39		190 578,23	28,1%
Custo das Mercadorias	(27 156,19)	15,2%	(34 100,52)	19,8%	(6 944,33)	-20,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	(155 421,84)	86,8%	(149 093,89)	86,8%	6 327,95	4,2%
Gastos com o Pessoal	(801 069,40)	447,4%	(576 958,32)	335,7%	224 111,08	38,8%
Outros Rendimentos e Ganhos	69 152,38		116 042,82		(46 890,44)	-40,4%
Outros Gastos e Perdas	(1 238,88)	0,7%	(3 035,00)	1,8%	(1 796,12)	-59,2%
Margem Bruta	151 890,15	84,8%	137 745,72	80,2%	14 144,43	10,3%
Resultados Operacional S/ Depreciações	132 537,03		203 347,72		(70 810,69)	-34,8%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(83 643,96)	46,7%	(79 419,35)	46,2%	4 224,61	5,3%
Resultado Operacional	48 893,07		123 928,37		(75 035,30)	-60,5%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	389,77		235,27		154,50	-65,7%
Juros e Gastos Similares Suportados	(52,28)	0,0%			52,28	
Resultado Antes de Impostos	49 230,56	27,5%	124 163,64	72,3%	(74 933,08)	-60,4%
Imposto sobre o Rendimento do Período						
Resultado Líquido do Período	49 230,56	27,5%	124 163,64	72,3%	(74 933,08)	-60,4%



COMPARATIVO DOS GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS E COM O PESSOAL

							31.Dezembro.2020	
Ct	Descricao	2020	%	2019	%	Desv	%	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	155 421,84		149 093,89		6 327,95	4,2%	
621	SUBCONTRATOS	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	43 379,28	27,9%	34 828,64	23,4%	8 550,64	24,6%	
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	27 269,92	17,5%	11 994,19	8,0%	15 275,73	127,4%	
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	30,00	0,0%	762,75	0,5%	(732,75)	-96,1%	
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	25,81	0,0%	161,41	0,1%	(135,60)	-84,0%	
6224	HONORÁRIOS	2 985,36	1,9%	11 219,00	7,5%	(8 233,64)	-73,4%	
6225	COMISSÕES	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	12 074,55	7,8%	10 658,11	7,1%	1 416,44	13,3%	
6228	OUTROS	993,64	0,6%	33,18	0,0%	960,46	2894,7%	
623	MATERIAIS	7 128,33	4,6%	17 144,21	11,5%	(10 015,88)	-58,4%	
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE R	4 929,97	3,2%	9 996,70	6,7%	(5 066,73)	-50,7%	
6232	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2 088,41	1,3%	6 994,51	4,7%	(4 906,10)	-70,1%	
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	109,95	0,1%	153,00	0,1%	(43,05)	-28,1%	
6238	OUTROS	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
624	ENERGIA E FLUIDOS	55 099,40	35,5%	62 976,23	42,2%	(7 876,83)	-12,5%	
6241	ELETRICIDADE	24 240,55	15,6%	22 276,01	14,9%	1 964,54	8,8%	
6242	COMBUSTÍVEIS	26 907,75	17,3%	19 995,45	13,4%	6 912,30	34,6%	
6243	ÁGUA	3 951,10	2,5%	4 625,39	3,1%	(674,29)	-14,6%	
6248	OUTROS	(0,00)	0,0%	16 079,38	10,8%	(16 079,38)	-100,0%	
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	175,90	0,1%	3 068,39	2,1%	(2 892,49)	-94,3%	
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	85,76	0,1%	3 041,17	2,0%	(2 955,41)	-97,2%	
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	55,82	0,0%	(0,00)	0,0%	55,82	0,0%	
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	34,32	0,0%	27,22	0,0%	7,10	26,1%	
6258	OUTROS	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
626	SERVIÇOS DIVERSOS	49 638,93	31,9%	31 076,42	20,8%	18 562,51	59,7%	
6261	RENDAS E ALUGUERES	4 669,53	3,0%	2 620,81	1,8%	2 048,72	78,2%	
6262	COMUNICAÇÃO	3 958,96	2,5%	2 423,81	1,6%	1 535,15	63,3%	
6263	SEGUROS	6 529,68	4,2%	5 517,65	3,7%	1 012,03	18,3%	
6264	ROYALTIES	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	833,50	0,5%	320,50	0,2%	513,00	160,1%	
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
6267	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	23 959,04	15,4%	11 196,53	7,5%	12 762,51	114,0%	
6268	OUTROS SERVIÇOS	9 688,22	6,2%	8 997,12	6,0%	691,10	7,7%	
63	GASTOS COM O PESSOAL	801 069,40		576 958,32		224 111,08	38,8%	
631	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	648 233,57	80,9%	436 508,35	75,7%	211 725,22	48,5%	
633		(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
634	INDEMNIZAÇÕES	(0,00)	0,0%	(0,00)	0,0%	0,00	0,0%	
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	110 629,04	13,8%	84 303,29	14,6%	26 325,75	31,2%	
636	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS	21 002,30	2,6%	6 591,37	1,1%	14 410,93	218,6%	
637	GASTOS DE AÇÃO SOCIAL	385,00	0,0%	(0,00)	0,0%	385,00	0,0%	
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	20 819,49	2,6%	49 555,31	8,6%	(28 735,82)	-58,0%	



2.3. Evolução previsível da instituição.

O ano de 2020 foi um ano atípico dado a situação de pandemia que vivemos. Tínhamos planeado projetos que não foram concretizados, vimos toda a nossa organização ser desmantelada, a obrigatoriedade de implementarmos novas regras, de reestruturarmos tudo o que estava construído até então, foi um ano que pôs à prova toda a equipa que constitui esta Instituição.

Mas mesmo sendo um ano complicado não deixamos de estar atentos a candidaturas que permitam o crescimento, a capacitação e garantir uma melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Assim, salientamos a Candidatura ao Programa Pares 3.0- Candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração (Pares 3.0), que permitirá aumentar a capacidade de 30 para 60 utentes de CAO, com a construção de um novo edifício adjacente às instalações atuais, que comporta diferentes espaços nomeadamente um ginásio, uma sala de fisioterapia, uma sala de treino de atividades da vida diária (AVD`s), uma sala para carpintaria e uma sala para Serigrafia. Esta diversificação de salas vai capacitar e contribuir para a melhoria da qualidade e dignidade dos nossos utentes/clientes e será coadjuvante da dinamização das Atividades Socialmente Úteis ao nível da atividade laboral, social e comunitária dos clientes/utentes.

No que concerne ao Lar Residencial pretende-se, com esta candidatura, aumentar o número de utentes/clientes de 24 para 30. Este projeto concretiza-se com a construção de um novo edifício adjacente às instalações atuais. Neste contexto de pandemia, vimos os nossos esforços serem aumentados pelo facto de termos acopladas no mesmo edifício duas Respostas Sociais (Lar Residencial e CAO). Segundo as normas da DGS impunha-se que não houvesse contacto entre utentes/clientes externos e utentes/ clientes internos bem como nas equipas afetas a cada resposta. Não foi uma situação fácil de resolver, mas conseguimos com muitas adaptações, com resiliência, com candidaturas aprovadas ao IEFP nomeadamente à Medida MAREES. A construção e ampliação da Resposta CAO, consegue garantir a necessidade de reorganização do edificado de forma a garantir a segurança nomeadamente a inexistência de contacto entre utentes/clientes e colaboradores das duas respostas bem como colmatar as necessidades reais dos nossos utentes/clientes nomeadamente a frequência em atividades com maior diferenciação e análogas às atividades da vida diária. Concretizamos com este Projeto, também, resposta à lista de espera existente para as duas Respostas Sociais.

A candidatura ao Programa Incorpora foi concretizada com o objetivo de complementar o trabalho já desenvolvido pela instituição ao nível da capacitação e integração laboral interna de públicos em risco de exclusão, desfavorecidos, permitindo que a Cercimac estenda este trabalho junto de entidades externas, públicas ou privadas com dotação de recursos. Acreditamos que esta candidatura venha a ser um complemento importante às novas alterações legislativas que se prevê que venham a ser introduzidas relativamente ao CAO que será substituído pelo CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, enquanto resposta social.

O projeto CAVI, que foi iniciado em 2019 porque a CERCIMAC viu neste projeto-piloto, uma alternativa viável face à crescente procura de serviços por parte de pessoas com deficiência e incapacidade, cujas necessidades não se enquadram nas respostas sociais existentes e ao qual compete prestar serviços de assistência às pessoas



com diversidade funcional (deficiência ou incapacidade). Durante o ano de 2020 prestou apoio e serviço de assistência pessoal a 16 beneficiários.

Sendo este um programa novo, com término em setembro de 2022 o nosso objetivo é trabalhar para conseguirmos a manutenção do projeto após a data considerada para o término do mesmo.

Assim, a CERCIMAC continua a ser uma organização inovadora na forma de funcionamento, transmitindo, credibilidade, qualidade na prestação de serviços e respeito pelos direitos e deveres das pessoas com deficiência e suas famílias. O seu futuro passa por manter a capacidade de intervenção nos domínios da Intervenção Precoce, Atividades Ocupacionais Socialmente Úteis, Lar Residencial, preparar-se para as novas adaptações da Resposta CACI- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e CAVI- Centro de Apoio à Vida Independente fazendo, contudo, parte da sua Visão, dar continuidade à criação de respostas, ajustadas às necessidades dos atuais e futuros Utentes, bem como continuar a contribuir para a construção de uma sociedade mais aberta e inclusiva.

3. Outras referencias exigidas pelo Código das Sociedades Comerciais.

Os itens referidos no Código e aqui não explicitados, correspondem a situações não aplicáveis a esta empresa.

Nos termos do Art.º 21º do Decreto Lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que não existem dividas em mora à Segurança Social, como aliás não existem ao Estado ou outros entes públicos.

4. Proposta de aplicação de resultados.

A Direção da Cercimac, vem nos termos estatutários propor à Assembleia Geral:

A aprovação do Relatório de Contas do exercício de 2020.

Em relação ao resultado obtido no exercício:



Descrição	Valor
Reservas Legais	
Reservas Livres	
Lucros não atribuídos	
Reserva Especial DLRR	
Manutenção em Resultados Transitados	49 230,56 €
Resultado Líquido	49 230,56 €

5. Considerações Finais.

Este foi um ano atípico em todos os sentidos. De um momento para o outro deparamo-nos com um Edifício, preparado para duas respostas sociais acopladas, a ter que ser transformado em dois edifícios completamente independente com a equipa de colaboradores dividida e com os utentes/clientes também divididos com o objetivo de conseguirmos que não existisse qualquer contacto entre os utentes/clientes externos e os internos bem como da equipa de colaboradores que os acompanham.

Não foi fácil em termos logísticos e a esta situação acrescentou a obrigatoriedades do cumprimento de todas as normas implementadas pela DGS, que foram escrupulosamente cumpridas.

Assim, a partir de março, trabalhamos num espaço reduzido - que não era o nosso - em que a resposta do Lar Residencial deixou de ter salas de atividades e a resposta do CAO- Centro de Atividades Ocupacionais- deixou de ter sala de refeitório e de convívio, com medidas rigorosas estipuladas pela DGS, nomeadamente em termos de higienização, e com os utentes/clientes privados de conviver com os outros colegas e com a sua família e “presos” entre quatro paredes, situações que influenciam o seu comportamento e bem-estar.

Como referimos não foi um trabalho fácil e congratulamo-nos por conseguir chegar ao final do ano sem nenhum caso detetado de Covid 19 na Cercimac. Em suma congratulamo-nos por conseguirmos a vacinação total na Instituição sem termos nenhuma situação de Covid 19.

Saliento que apesar de todos os constrangimentos vividos durante o ano de 2020, conseguimos concretizar várias candidaturas, algumas já aprovadas e outras que, caso sejam aprovadas, permitirão que a CERCIMAC cresça nas suas respostas e na qualidade da prestação de serviços que faz.

Tudo isto não seria concretizado sem a dedicação e o empenho de toda a equipa de colaboradores que durante o ano de 2020 estiveram connosco, nomeadamente a equipa que já pertence aos quadros da Cercimac bem como as pessoas que se juntaram a nós através das candidaturas feitas no âmbito do Marees (entre a Cercimac e o Iefp).

Assim, que seja aprovado um voto de agradecimento a toda a equipa da Cercimac que permitiu que os objetivos a que nos propomos fossem concretizados mesmo em tempo de pandemia.



Por fim salientar que o resultado positivo obtido, neste ano atípico, em que além de todos os constrangimentos que vivenciamos nos vimos privados de fazer atividades que nos permitiam a captação de recursos, não teria sido conseguido sem: - um controle rigoroso das despesas efetuadas que aumentaram significativamente, por exemplo, com o uso diário dos Epi`s e com a obrigatoriedade da higienização constante dos espaços; - sem uma gestão rigorosa dos recursos humanos necessários ao bom funcionamento e ao cumprimento das regras emanadas pela DGS, considerando que tivemos mais 30 pessoas contratadas comparativamente ao ano de 2019, sendo que a maior parte destas contratações se deveu a candidaturas ao Marees (Iefp) indispensáveis e essenciais para cumprirmos todas as normas da DGS; - uma constante preocupação em estarmos atentos a todas as candidaturas e apoios que nos possam beneficiar, prática que a Cercimac tem mantido desde a sua constituição.

Macedo de Cavaleiros, 31 de Março de 2021

A Direção

Luísa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Hélder José Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fátima Martins Nunes
António João Alves Trovisco



**Balanco e
Demonstração de Resultados**

BALANÇO

31.Dezembro.2020

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	1 017 435,31	1 098 714,34
Investimentos Financeiros	15	10 134,60	7 230,41
		1 027 569,91	1 105 944,75
Activo Corrente			
Inventários	9		74,18
Clientes	15	31 966,85	80 965,73
Outros Creditos a Receber	15	899 487,47	1 027 380,41
Diferimentos			
Caixa e Depósitos Bancários		608 075,63	568 989,49
		1 539 529,95	1 677 409,81
Total do Activo		2 567 099,86	2 783 354,56
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundos		4 240,00	4 240,00
Resultados Transitados		536 306,83	412 143,19
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	12	965 978,26	1 031 229,82
		1 506 525,09	1 447 613,01
Resultado Líquido do Período		49 230,56	124 163,64
Total do Capital Próprio		1 555 755,65	1 571 776,65
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11		
Financiamentos Obtidos	15		
Outras Dividas a Pagar	15,16		
Passivo Corrente			
Fornecedores	15	6 449,23	4 185,10
Estado e Outros Entes Públicos	14	27 382,24	22 728,09
Financiamentos Obtidos	15		
Diferimentos		907 248,94	1 114 400,92
Outros Passivos Correntes	15,16	70 263,80	70 263,80
		1 011 344,21	1 211 577,91
Total do passivo		1 011 344,21	1 211 577,91
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 567 099,86	2 783 354,56

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

O Orgao de Gestao

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Nunes
Antonio João Alves Trovisco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro .2020

Unidade Monetaria: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e Serviços Prestados	10	179 046,34	171 846,24
Subsídios à Exploração		869 224,62	678 646,39
Variação nos Inventários da Produção	9		
Trabalhos para a Própria Entidade			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(27 156,19)	(34 100,52)
Fornecimentos e Serviços Externos		(155 421,84)	(149 093,89)
Gastos com o Pessoal	16	(801 069,40)	(576 958,32)
Imparidade de Inventários (Perdas/Reversões)	9		
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	11		
Provisões (Aumentos/Reduções)	11		
Outras Imparidades (Perdas/Reversões)	6		
Aumentos/Reduções de Justo Valor	15		
Outros Rendimentos e Ganhos		69 152,38	116 042,82
Outros Gastos e Perdas		(1 238,88)	(3 035,00)
Resultados antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos		132 537,03	203 347,72
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5,6	(83 643,96)	(79 419,35)
Resultado Operacional (Antes Gastos Financiamento e Impostos)		48 893,07	123 928,37
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		389,77	235,27
Juros e Gastos Similares Suportados		(52,28)	
Resultado Antes de Impostos		49 230,56	124 163,64
Imposto sobre o Rendimento do Período	14		
Resultado Líquido do Período		49 230,56	124 163,64

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

O Orgao de Gestao

Luisa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Helder Jose Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fatima Martins Nunes
Antonio João Alves Trovisco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO

31.Dezembro.2020

Unidade Monetaria: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CENTROS CUSTO							
		Emp Inserção	Interv Precoce	CAO	Serigrafia	Lar Residencial	Adaptar Social +	Incorpora	CAVI
Vendas e Serviços Prestados	10	61 526,75		12 355,24	2 875,63	84 788,72		17 500,00	
Subsídios à Exploração		21 765,24	47 718,00	224 907,85		357 837,67	6 564,50		210 431,36
Variação nos Inventários da Produção	9								
Trabalhos para a Própria Entidade									
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9			(8 146,86)		(19 009,33)			
Fornecimentos e Serviços Externos		(10 133,85)	(2 441,84)	(53 509,73)	(846,39)	(64 474,64)	(8 205,62)		(15 809,77)
Gastos com o Pessoal	16	(67 377,53)	(39 677,96)	(165 463,61)		(332 317,48)		(1 486,17)	(194 746,65)
Imparidade de Inventários (Perdas/Reversões)	9								
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	11								
Provisões (Aumentos/Reduções)	11								
Outras Imparidades (Perdas/Reversões)	6								
Aumentos/Reduções de Justo Valor	15								
Outros Rendimentos e Ganhos						68 955,90			196,48
Outros Gastos e Perdas				(682,46)		(547,36)			(9,06)
Resultados antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos		5 780,61	5 598,20	9 460,43	2 029,24	95 233,48	(1 641,12)	16 013,83	62,36
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5,6	(1 169,96)		(157,64)	(836,52)	(81 479,84)			
Resultado Operacional (Antes Gastos Financiamento e Impostos)		4 610,65	5 598,20	9 302,79	1 192,72	13 753,64	(1 641,12)	16 013,83	62,36
Juros e Rendimentos Similares Obtidos						389,77			
Juros e Gastos Similares Suportados						(52,28)			
Resultado Antes de Impostos		4 610,65	5 598,20	9 302,79	1 192,72	14 091,13	(1 641,12)	16 013,83	62,36
Imposto sobre o Rendimento do Período	14								
Resultado Líquido do Período		4 610,65	5 598,20	9 302,79	1 192,72	14 091,13	(1 641,12)	16 013,83	62,36





1. Identificação da Entidade.

1.1. Designação da entidade.

A CERCIMAC – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, conforme Diário da República n.º 37 de 22/02/2005, Série III.

1.2. Sede.

Rua Dr. Henrique José Gonçalves, N.º 21
5340-532 MACEDO DE CAVALEIROS

1.3. Natureza da atividade.

Código CAE (Rev. 3): **87 302**

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento.

Em conformidade com os estatutos, esta cooperativa tem como finalidade satisfazer as respetivas necessidades sociais, a sua promoção e integração, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio a grupos vulneráveis, em especial a crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- b) Apoio a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção socioeconómica;
- c) Desenvolvimento de programas de apoio direcionados para grupos alvo, designadamente em situação de velhice, deficiência, doença mental, carências económicas graves e exclusão social;
- d) Promoção do acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos;
- e) Desenvolver ações de informação e sensibilização junto da opinião pública para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e incapacidades e respetiva família.

1. É intenção da Cooperativa trabalhar para produzir as mudanças necessárias à concretização do direito das pessoas com deficiência a exercerem a sua condição de cidadãos, ou seja, participar plenamente e em condições de igualdade na sociedade.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3. Principais políticas contabilísticas.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Ativos Financeiros registados na rubrica "Outros Instrumentos Financeiros – Ativos Financeiros".

Foi igualmente aplicado o valor realizável líquido na rubrica de inventários.

3.2 Outras políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente como previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidencia objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

4.1 A natureza da alteração na política contabilística.

Não aplicável.

4.2 A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não aplicável.

4.3 A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável.

Não aplicável.

4.4 As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.



5. Activos fixos tangíveis.

5.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados na rubrica OUTROS ACTIVOS FIXOS.

A - Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

B – Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

C – As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D – A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período.

RUBRICAS	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	217 900,00	0,00	217 900,00	217 900,00	0,00	217 900,00
Edifícios e Outras Construções	1 124 318,48	337 295,52	787 022,96	1 124 318,48	393 511,44	730 807,04
Equipamento Básico	226 511,80	174 560,75	51 951,05	226 511,80	185 621,47	40 890,33
Equipamento de Transporte	153 167,23	118 295,93	34 871,30	153 167,23	132 198,17	20 969,06
Equipamento Administrativo	79 905,11	72 936,08	6 969,03	82 270,04	75 401,16	6 868,88
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 094,63	23 094,63	0,00	23 094,63	23 094,63	0,00
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 824 897,25	726 182,91	1 098 714,34	1 827 262,18	809 826,87	1 017 435,31



ANEXO

E – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizaç.	Alienações	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Transf.	Quantia Escriturada Final
Terrenos e Recursos Naturais	217 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217 900,00
Edifícios e Outras Construções	787 022,96	0,00	0,00	0,00	(56 215,92)	0,00	0,00	0,00	730 807,04
Equipamento Básico	51 951,05	0,00	0,00	0,00	(11 060,72)	0,00	0,00	0,00	40 890,33
Equipamento de Transporte	34 871,30	0,00	0,00	0,00	(13 902,24)	0,00	0,00	0,00	20 969,06
Equipamento Administrativo	6 969,03	2 364,93	0,00	0,00	(2 465,08)	0,00	0,00	0,00	6 868,88
Outros Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 098 714,34	2 364,93	0,00	0,00	(83 643,96)	0,00	0,00	0,00	1 017 435,31

5.2 Outras informações sobre os ativos fixos tangíveis.

A – A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

B – A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Não aplicável.

5.3 Itens do ativo fixam tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

A – A data da eficácia da revalorização.

Não aplicável.

B – Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Não aplicável.



6. Ativos fixos intangíveis.

6.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A – Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas.

Não aplicável.

B – Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas.

Não aplicável.

C – A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no início e fim do período.

Não aplicável.

D - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

6.2 Outras informações sobre os ativos fixos intangíveis.

A – Ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse ativo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida. Descrição dos fatores que desempenharam um papel significativo na sua determinação.

Não aplicável.

B – Descrição, quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual que seja materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

Não aplicável.



ANEXO

C – Para os ativos intangíveis adquiridos com recurso a subsídios do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor, a quantia inicialmente reconhecida e a sua quantia escriturada atualmente.

Não aplicável.

D – A existência e as quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

E – A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis.

Não aplicável.

6.3 Divulgação da quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

Não aplicável.

6.4 Ativos intangíveis de carácter ambiental.

A – Descrição dos critérios de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Não Aplicável.

B – Os incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade. Especificação das condições associadas à concessão de cada incentivo ou uma síntese das condições, caso sejam semelhantes.

Não aplicável.

C – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referencia na medida em que possa ser estimada com fiabilidade.

Não aplicável.



D – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas.

Não aplicável.

E – Caso sejam significativos, os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros, por exemplo em resultado de perdas ou danos causados por uma poluição ambiental passada.

Não aplicável.



7. Locações.

7.1 A quantia escriturada líquida à data do balanço, por categoria de ativo.

Não aplicável.

7.2 Para locações financeiras e operacionais, divulgar uma descrição geral dos acordos de locação incluindo, pelo menos o seguinte:

A – A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar.

Não aplicável.

B – A existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento.

Não aplicável.

C – Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação.

Não aplicável.

7.3 Informação adicional sob locações operacionais.

A – Os futuros pagamentos mínimos da locação sob locações operacionais não canceláveis no agregado e para cada um dos períodos seguintes:

i) Não mais de um ano.

Não aplicável.

ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos.

Não aplicável.

iii) Mais de cinco anos.

Não aplicável.

B – O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimento durante o período.

Não aplicável.

C – Uma descrição global dos acordos de locação do locador.

Não aplicável.



8. Custos de empréstimos obtidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**9. Inventários.****9.1 As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.**

Os inventários estão valorizados ao último preço de custo.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

RUBRICAS	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	0,00	74,18
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Activos biológicos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	74,18

9.3 A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender.

Não aplicável.

9.4 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

RUBRICAS	Consumos	Imparidades	Outras Perdas
Mercadorias	11 250,34	0,00	0,00
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	15 905,85	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Activos biológicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27 156,19	0,00	0,00

9.5 A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.



9.6 A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.7 As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.8 A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Não aplicável.

**10. R dito.****10.1 As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvam a presta o de serviços.**

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribui o recebida ou a receber, tendo em considera o a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de quaisquer impostos, abatimentos e descontos. No caso das presta es de serviços o rédito associado com a transa o foi reconhecido com referencia   fase de acabamento da transa o   data do balanço, tendo sido utilizado o método da propor o entre os custos incorridos até   data e os custos totais estimados.

10.2 A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

RUBRICAS	2019	2020	Vari�o	%
Vendas	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Presta�es de Servi�os	169 956,18	179 046,34	9 090,16	5,3%
Quotas	1 185,00	575,00	(610,00)	-51,5%
Promo�o Capta�o de Recursos	0,00	6 339,44	6 339,44	#DIV/0!
Outras Presta�es de Servi�os	168 771,18	172 131,90	3 360,72	2,0%
TOTAL	169 956,18	179 046,34	9 090,16	5,3%



11. Provisões, passivos e ativos contingentes.

11.1 Desdobramento dos movimentos ocorridos por classe de provisão.

Não aplicável.

11.2 A quantia de qualquer reembolso esperado, declarando a quantia de qualquer activo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado.

Não aplicável.

11.3 Informações pormenorizadas sobre provisões de carácter ambiental.

Não aplicável.

11.4 Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

Não aplicável.

11.5 Breve descrição da natureza do passivo contingente por classe de passivo.

Não aplicável.

11.6 Descrição da natureza dos ativos contingentes, quando for provável um influxo de benefícios económicos à data do balanço.

Não aplicável.

**12. Subsídios e apoios do Governo.****12.1 A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

12.2 A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado.

RUBRICAS	2019	2020	Varição	%
Subsídios	678 646,39	859 457,40	180 811,01	26,6%
Segurança Social	520 754,43	544 785,12	24 030,69	4,6%
IEFP	51 936,68	85 676,42	33 739,74	65,0%
CAVI/Adaptar	81 955,28	216 995,86	135 040,58	164,8%
Outros	24 000,00	12 000,00	(12 000,00)	-50,0%
Donativos	35 007,14	9 767,22	(25 239,92)	-72,1%
TOTAL	713 653,53	869 224,62	155 571,09	21,8%

12.3 Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Não aplicável.



13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.

13.1 A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Não aplicável.

14. Impostos sobre o rendimento.

14.1 Gasto por imposto corrente.

O Imposto corrente contabilizado, no montante de 0 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço.

14.2 Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores.

Não aplicável.

14.3 A natureza e quantia do gasto de imposto reconhecido diretamente em capitais próprios.

Não aplicável.



15. Instrumentos financeiros.

15.1 Divulgação das bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas na escrituração de instrumentos financeiros que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A – Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perda por imparidade:

Clientes, Fornecedores, Contas a receber, Contas a pagar, Empréstimos bancários e Ativos financeiros sem cotação em mercado regulamentado.

B – Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Ativos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

15.2 Cotação de mercado dos activos financeiros regulados em mercado oficial.

Não aplicável.

15.3 Na transferência de ativos financeiros para outra entidade, numa transação que não se qualifique para desconhecimento a entidade deve divulgar a natureza dos ativos, a natureza dos riscos e benefícios de detenção a que a entidade continue exposta.

Não aplicável.

15.4 Garantias, penhor, ou promessa de penhor de ativos financeiros.

A – A quantia escriturada dos ativos financeiros.

Não aplicável.

B – Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

15.5 Empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço em situação de incumprimento.

Não aplicável.

15.6 Aumentos de capital realizados no período e respetivos custos de emissão.

Não aplicável.



ANEXO

16. Benefícios dos empregados.

16.1 Número médio de colaboradores durante o ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Descrição	2020	2019	Var	%
Colaboradores	69	39	30	76,92%

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras informações.

O Técnico de Contas

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direção,

Luísa Maria Porto dos Santos F. Garcia
Hélder José Bragada Fernandes
Sandra Anabela Pombares Veiga Santos
Maria de Fátima Martins Nunes
António João Alves Trovisco

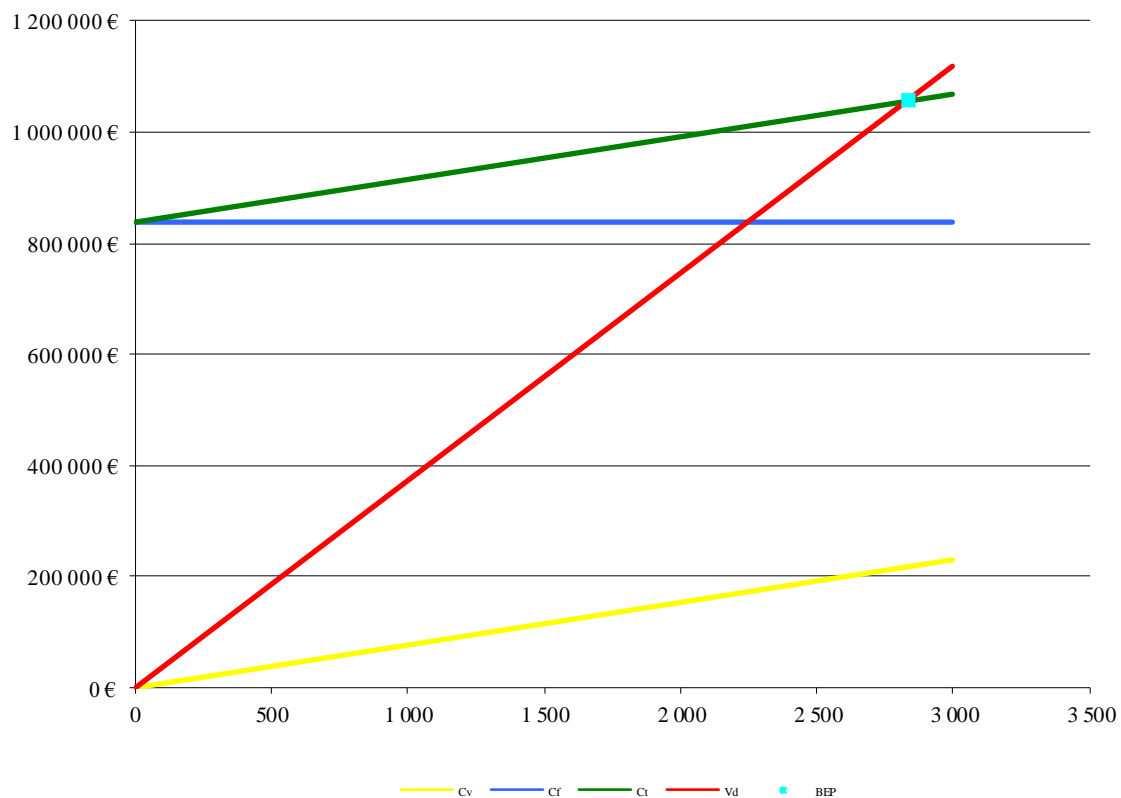


Indicadores



Análise do Ponto Morto e Risco

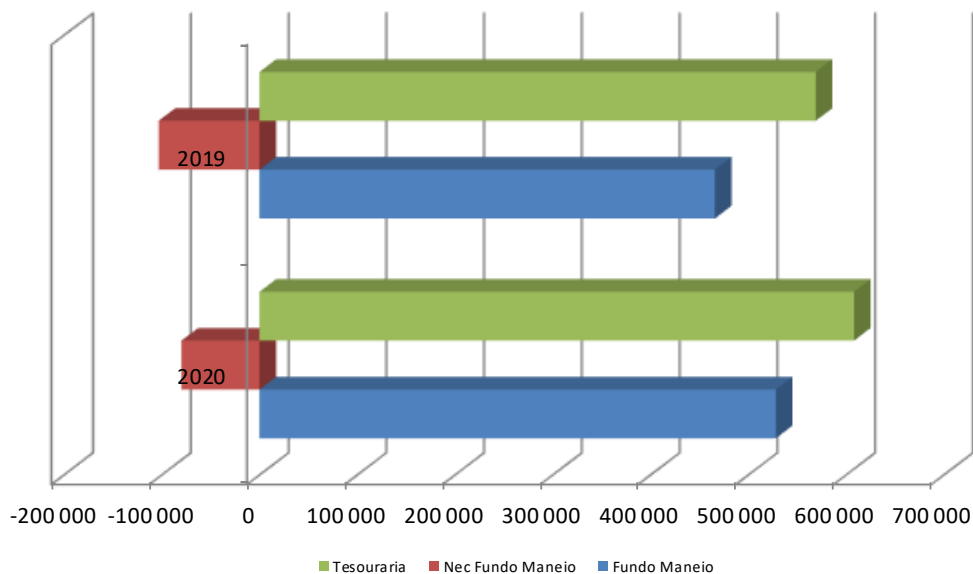
INDICADORES ECONOMICOS	31.Dezembro.2020			
	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Custos Fixos	839 299,91	78,55	622 602,21	73,89
Custos Variáveis	229 230,36	21,45	220 004,87	26,11
Custos Totais	1 068 530,27		842 607,08	
Volume de Negócios	1 117 423,34		966 535,45	
Custos Variáveis	229 230,36	20,5	220 004,87	22,8
Margem de Contribuição	888 192,98	79,5	746 530,58	77,2
Custos Fixos	839 299,91	75,1	622 602,21	64,4
Resultados de Exploração	48 893,07	4,4	123 928,37	12,8
Unidades Vendidas	3 000		2 088	
Break-Even-Point (Quantidade)	2 835		1 741	
Break-Even-Point (Valor)	1 055 965,06		805 909,11	
Margem de Segurança	61 458,28		160 626,34	
%	5,50%		16,62%	
Grau Economico da Alavanca GEA (MC/RE)	18,17		6,02	
Grau Financeiro da Alavanca GFA (RE/RAI)	0,99		1,00	
Grau Combinado da Alavanca GCA (GEA*GFA)	18,04		6,01	





Análise do Balanço Funcional

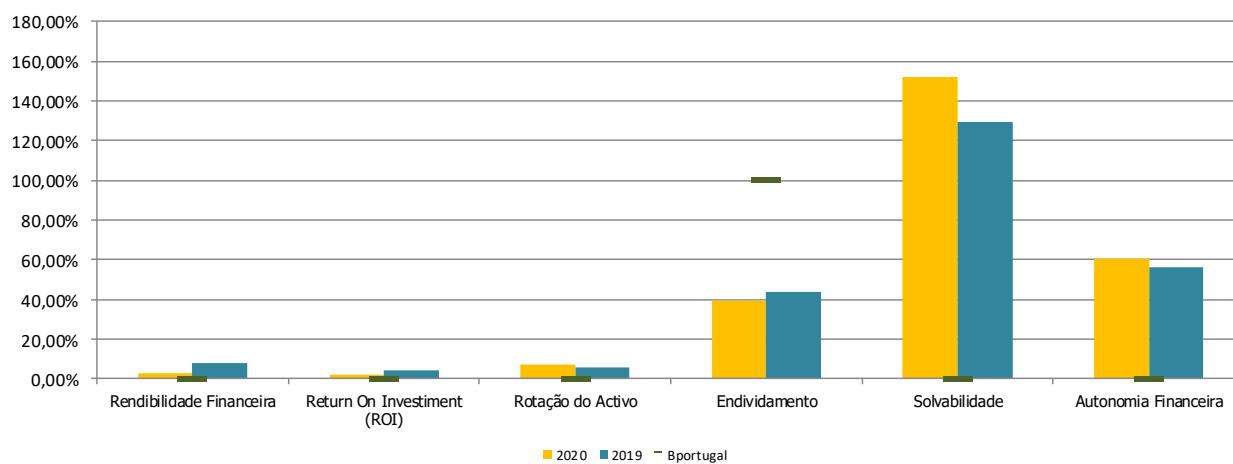
DESCRIÇÃO		2020	2019
(1)	Capital Próprio	1 555 755,65	1 571 776,65
(2)	Passivo não Corrente	0,00	0,00
(3)	Capitais Permanentes (1+2)	1 555 755,65	1 571 776,65
(4)	Activo não Corrente	1 027 569,91	1 105 944,75
(5)	Fundo de Maneio (3-4)	528 185,74	465 831,90
(6)	Inventarios	0,00	74,18
(7)	Clientes	31 966,85	80 965,73
(8)	Outros Devedores	908 952,63	1 027 380,41
(9)	Estado (A Receber)	0,00	0,00
(10)	Necessidades Exploração (6+7+8+9)	940 919,48	1 108 420,32
(11)	Fornecedores	6 449,23	4 185,10
(12)	Outros Credores	986 977,90	1 184 664,72
(13)	Estado (A Pagar)	27 382,24	22 728,09
(14)	Recursos de Exploração (11+12+13)	1 020 809,37	1 211 577,91
(15)	NFM Nec.Fundo Maneio (10-14)	-79 889,89	-103 157,59
(16)	Tesouraria Exploração (5-15)	608 075,63	568 989,49
(17)	NFM Necessidades Extra-Exploração	0,00	0,00
(18)	NFM Recursos Extra-Exploração	0,00	0,00
(19)	Tesouraria Total (16-17+18)	608 075,63	568 989,49
(20)	Tesouraria Activa	608 075,63	568 989,49
(21)	Tesouraria Passiva	0,00	0,00
(19)	Tesouraria Liquida	608 075,63	568 989,49





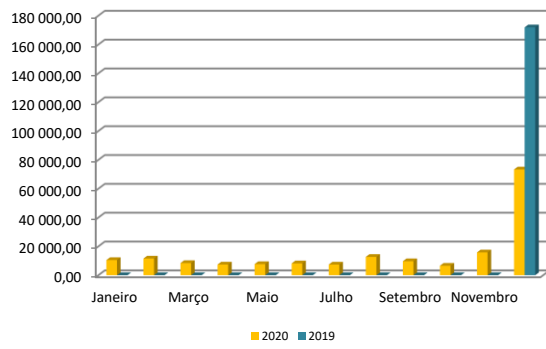
ANALISE ESTRUTURA DE CAPITAIS E EQUILIBRIO FINANCEIRO

Indicador	Formula	2020	2019	Var	Bportugal	Var
(1) Rendibilidade Financeira	Res. Líquidos / Cap. Próprios	3,16%	7,90%	-4,74% ↓	0,00%	3,16%
(2) Return On Investment (ROI)	Res. Líquidos / Activo Total	1,91%	4,46%	-2,55% ↓	0,00%	1,91%
(3) Rotação do Activo	Volume Negocios / Activo Líquido	0,07	0,06	0,01 ↔	0,00	0,07
(4) Liquidez Geral	Activo Corrente / Passivo Corrente	151,74%	138,45%	13,29% →	0,00%	151,74%
(5) Prazo Medio de Recebimentos (PMR)	(Clientes/Vol Negocios)*365	65	172	-107 ↑	0	65
(6) Prazo Medio de Stockagem (PMS)	(Inventarios/Custo Venda)*365	0	1	-1 ↑	0	0
(7) Prazo Medio de Pagamentos (PMP)	(Fornecedores/Compras)*365	13	8	5 ↓	0	13
(8) Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	PMR + PMS - PMP	52	164	-112 ↑	0	52
(9) Endividamento	Passivo Total / Activo Líquido	39,62%	43,53%	-3,91% ↔	100,00%	-60,38% ↓
(10) Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total	152,40%	129,73%	22,67% ↔	0,00%	152,40%
(11) Autonomia Financeira	Capital Próprio / Activo Líquido	60,38%	56,47%	3,91% →	0,00%	60,38%
(12) Cobertura das Imobilizações	Capital Permanente / Activo Fixo	1,51	1,42	0,09 →	0,00	151,40%

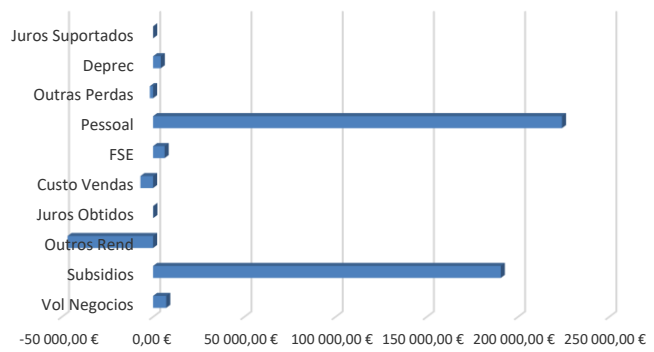




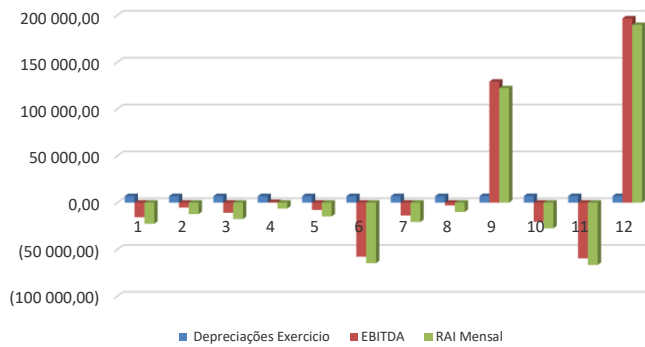
Evolução do Volume de Negocios



Analise das Variações



Indicadores



Sazonalidade do Volume Negocios

